LÍNGUA E IDENTIDADE: APONTAMENTOS SOBRE A PRESENÇA DO INGLÊS NA LÍNGUA PORTUGUESA

Ana Carolina Vilela-ARDENGHI (PG-UFU)¹

RESUMO: A presença dos anglicismos na língua portuguesa promoveu debates acalorados entre os anos de 2001 e 2003 na Folha de São Paulo, principalmente em decorrência do projeto de lei do então deputado Aldo Rebelo acerca do tema. Para estudar a relação entre língua e identidade nacional, procederemos à análise da polêmica suscitada pelo tema, buscando evidenciar em que medida a discussão acerca da identidade nacional pressupõe a legitimação de uma identidade lingüística. Para tanto, partiremos dos conceitos de interdiscurso e interincompreensão, tal como propostos por Maingueneau (2005), o que coloca este trabalho no interior do quadro teórico da AD francesa.

ABSTRACT: The presence of Anglicisms in Portuguese language has led to debates – not always pacific – between the years of 2001 and 2003 in the Brazilian newspaper Folha de S.Paulo, especially discussing the project proposed by former deputy Aldo Rebelo concerning the subject. To study the connection between language and national identity, we will proceed the analysis of the already mentioned polemic, trying to put in evidence how the discussion about national identity requires the legitimacy of a linguistic identity. In order to achieve it, this paper is based on the principles of the French Discourse Analysis, especially on the concepts of interdiscourse and ‘interincomprehension’, developed by Maingueneau (2005).

1. Primeiras considerações

A relação entre língua e identidade nacional não é recente. Ao contrário, de acordo com Hobsbawm (2004), a língua se tornou um critério importante na definição das nacionalidades nas décadas finais do século XIX – marcadas pelo que o autor denominou *protonacionalismo popular*. E o que contribuiu de maneira determinante para a fixação da língua como um critério chave na determinação de nacionalidades foram os censos. O Congresso Internacional de Estatística passou a recomendar, a partir de 1873 a obrigatoriedade da presença de uma questão nos censos a respeito da língua. Longe de ser assunto pacífico, a questão lingüística transformou-se numa quimera a partir do momento em que foi apontada como um fator determinante da nacionalidade e, por isso, deveria ser incluída no questionário. Houve muitos debates, excessivamente acirrados, acerca do tema e, para se evitar maiores desgastes, decidiu-se colocar a questão de lado nos censos. No entanto, estava longe de ter um fim:

O que ninguém realmente esperava era que perguntar tal questão iria, em si mesma, gerar um nacionalismo lingüístico. (...) Na verdade, perguntar a questão lingüística nos censos *forçou* cada um a escolher, pela primeira vez, não apenas uma nacionalidade mas também uma nacionalidade lingüística. Os requisitos técnicos do Estado administrativo moderno uma vez mais ajudaram a patrocinar a emergência do nacionalismo (...). (Idem, *ibidem*, p. 120).

Em decorrência da aceitação de critérios etnolingüísticos na definição das nações, o final do século XIX na Europa foi marcado por um pipocar de movimentos nacionalistas em regiões que, até então, não haviam requerido para si o status de nação. Esses movimentos, ou a sua maioria, davam grande destaque para critérios étnicos e/ou lingüísticos, que, aliás, foram reforçados pela teoria da evolução de Darwin e, pouco mais tarde, pelas descobertas da genética mendeliana. Junte-se a isso o grande fluxo migratório que ocorria na Europa neste período. O resultado disso foi uma fomentação do racismo “científico”, que justificava atitudes de afastamento, expansão e até mesmo assassinato de estranhos.

O reflexo de atitudes como essa para a questão lingüística era, como se pode imaginar, uma crescente discussão acerca da purificação da língua por meio da exclusão de elementos estrangeiros. Ou seja, ao fim e ao cabo, os nacionalismos lingüístico e étnico se reforçavam mutuamente.

¹ E-mail para contato: vilela-ardenghi@ibest.com.br

O papel do Estado era determinante para que isso ocorresse, especialmente no que tange ao aspecto lingüístico, uma vez que cabia a ele, no mínimo, o reconhecimento oficial para a língua. Vale lembrar que a escolha da língua oficial não está ligada a critérios de comunicação ou, digamos, critérios mais práticos, como a quantidade de falantes de uma determinada variedade ou de um dialeto. Entram em cena questões relativas a poder, política e ideologia, ainda que o discurso nacionalista procure inculcar nos cidadãos a idéia de língua como a base da consciência nacional. Ou seja, via de regra, a língua oficial não representava a maioria falante.

De fato, a língua se tornou um exercício mais deliberado de engenharia social na medida em que seu significado simbólico passou a prevalecer sobre seu uso real, como o testemunham os vários movimentos para “nativizá-la” ou tornar seu vocabulário mais “verdadeiramente” nacional. (Idem, *ibidem*, p. 135).

Esse tipo de atitude protecionista para com a língua não é, como veremos mais adiante, restrito a esse período, mas, ainda hoje, é possível observar esse movimento em culturas nacionais, ainda que a essência do nacionalismo seja distinta.

2. O impacto da globalização nas discussões sobre a identidade

Trabalhamos com a hipótese de que no século XXI o debate em torno da identidade nacional suscita a questão lingüística. Há ainda uma outra hipótese que gostaríamos agora de aventar, qual seja, o que diferencia os discursos de hoje daqueles do protonacionalismo (do final do século XIX, conforme exposto mais acima), por exemplo, é precisamente o processo que se convencionou chamar de globalização. Para que se possa desenvolver melhor esse ponto, partiremos dos apontamentos de Hall (2005) acerca da identidade cultural na era da globalização.

Já de início, o autor aponta que “as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural” e que, embora não se possa dizer que ela é parte de nossa estrutura genética, “nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial” (HALL, 2005, p. 47). Nesse sentido, Gellner – citado pelo próprio Hall – observa que “ter uma nação não é um atributo inerente da humanidade, mas aparece, agora, como tal” (*idem, ibidem*, p. 48).

A condição de homem exige que o indivíduo, embora exista e aja como um ser autônomo, faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo – como um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo, ao qual ele pode até não dar um nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar. (SCRUTON apud HALL, 2005, p. 48).

Ou seja, de acordo com Hall, a nação deve ser compreendida como uma comunidade simbólica que suplanta a identificação do indivíduo com as tribos, religiões, regiões etc.; a nação tornou-se, em última instância, o “lar” dos indivíduos que a compõem.

É fundamental que se diga, porém, que as nações também na atualidade não são marcadas pela homogeneidade – em verdade, é bem o contrário. O que há é um “impulso por unificação” presente no seio das nações, o que, em resumo, significa que “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termo de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional” (*idem, ibidem*, p. 59).

Esse “impulso por unificação” não deve ser confundido com a idéia de uma identidade unificadora, que apaga as diferenças entre os membros da nação. Todas essas diferenças, de acordo com Hall, são suplantadas, ou melhor, são representadas como unidade ou identidade, por meio de um poder cultural: a nação não pode ser entendida apenas como um ponto de lealdade e união; o fato de se congregar um grupo de pessoas em torno de um fator de identificação simbólica “comum” já é uma forma de manifestação de poder de um grupo sobre outro(s). E, “como nas fantasias do eu ‘inteiro’ de que fala a psicanálise lacaniana – as identidades nacionais continuam a ser representadas como unificadas” (*idem, ibidem*, p. 62; grifo do autor).

Sendo assim, é preciso que se “encontre” um fator que seja capaz de unir, de gerar identificação e constituir uma comunidade que se possa chamar verdadeiramente de uma nação. No caso do Brasil, sustentamos a hipótese de que esse elemento unificador é justamente a língua, do que decorrem as dificuldades em se admitir algumas rupturas com a tradição gramatical, por exemplo. Em verdade, pode-se

dizer que há semelhanças entre um certo nacionalismo lingüístico de hoje e o nacionalismo lingüístico dos séculos anteriores, ainda que os pontos de divergência não possam ser deixados em segundo plano, conforme mostraremos mais à frente.

O principal fator responsável por se fazer crer nessa representação unificadora das identidades tal como se apresentam atualmente, na pós-modernidade, é, segundo Hall (op.cit., p. 67), “um complexo de processos e forças de mudança, que, por conveniência, pode ser sintetizado sob o termo ‘globalização’”. Dispensaremos apenas algumas considerações acerca do assunto, posto que ele é o fator que distingue essencialmente a nação pós-moderna da nação concebida no século XIX, em que o critério lingüístico também era representativo.

A partir do final do século XX, a globalização – compreendida como um conjunto de processos que atravessa as fronteiras e conecta as comunidades – criou uma espécie de compressão espaço-temporal, isto é, “a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância” (idem, ibidem, p. 69).

Essa situação levou alguns teóricos a projetar um cenário em que o efeito desses processos seria o enfraquecimento ou extinção das formas nacionais de identidade cultural. Nesse sentido, Hall (ibidem, p. 74) aponta que, para esses teóricos, “à medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural”.

Entretanto, a visão de que a globalização levará a uma homogeneização cultural é descrita pelo autor como “o grito angustiado” dos teóricos acima apontados, já que se trata, para ele, de uma visão simplista e unilateral do complexo fenômeno que é a globalização – com o que concordamos, frente a todo o panorama apresentado até aqui. Hall cita três contratendências principais que vão de encontro a essa visão:

- a globalização caminha em paralelo com um reforçamento das identidades locais, até porque a própria idéia de globalização desperta uma fascinação com a diferença, a alteridade. Apesar disso, não se pode pensar o local como algo intacto, mas também articulado no interior da globalização: “é mais provável que ela [a globalização] vá produzir, simultaneamente, novas identificações ‘globais’ e novas identificações ‘locais’” (idem, ibidem, p. 78);
- a globalização não se distribui de maneira igual ao redor do mundo. Além disso, a distribuição desses processos nos estratos sociais dentro das regiões onde ela “ocorre” também não é igual;
- a globalização – até mesmo devido ao fluxo desequilibrado de que se falou acima – é um fenômeno essencialmente ocidental, embora as identidades culturais estejam sendo, em toda parte, relativizadas pela compressão espaço-tempo.

Assim, ver a globalização como um fenômeno que tende fortemente a unificar e homogeneizar as identidades é apenas um lado da história. Em verdade, conforme aponta Hall, essa visão acaba por tornar o problema demasiado simples e não representa toda a complexidade que lhe é peculiar. Além disso, uma rápida passada pela história dos Estados-nações põe por terra essa hipótese.

3. Pressupostos teórico-metodológicos

Com o propósito de estudarmos a problemática da legitimação de uma identidade nacional, nos pautaremos nos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD), em especial nas formulações de Maingueneau (1984/2005) sobre a noção de interdiscurso e interincompreensão.

Para melhor compreensão da proposta do autor, é válido que façamos uma rápida retrospectiva do conceito de interdiscurso, abarcando, assim, as formulações pecheuxtianas, que já em 1969 (AAD-69) – ainda que em estado de latência – apontavam para o que mais tarde se convencionaria chamar interdiscurso:

o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as ‘deformações’ que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido (1969/1997, p. 77).

Mas é apenas em 1975, em *Semântica e Discurso*, que essa tese ganha uma formulação expressa, quando Pêcheux escreve que o interdiscurso é o “todo complexo com dominante” das formações discursivas, destacando o fato de que

toda formação discursiva dissimula, pela transparência de sentido que nela se constitui, sua dependência com relação ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas (1975/1997, p. 162).

O interdiscurso é, assim, na perspectiva pecheuxtiana, o “exterior específico” de uma FD e, não obstante seja um conceito da maior importância para a AD, apenas – se é que se pode dizer apenas – dá conta da idéia de que um discurso não é mais uma máquina estrutural fechada, mas resulta de um trabalho sobre outros discursos.

A postulação de Maingueneau (1984/2005) de uma semântica global começa por substituir o conceito de interdiscurso por uma tríade, composta por *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*, a fim de buscar fornecer à AD um quadro metodológico mais operacional. É preciso destacar ainda o fato de o autor considerar o discurso não apenas do ponto de vista de sua relação com o interdiscurso, mas também de sua gênese – conforme se verá mais adiante.

Rapidamente, pode-se dizer que o conceito de universo discursivo proposto por Maingueneau é mais ou menos equivalente ao conceito de interdiscurso proposto por Pêcheux. No entanto, a noção de universo discursivo “é de pouca utilidade para o analista e define apenas uma extensão máxima” (2005, p. 35). A partir daí, se constituem domínios menores, no interior dos quais se forma um discurso: os campos discursivos.

Por campo discursivo, Maingueneau (op.cit., p. 35) compreende “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo”. No seu interior encontram-se “discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida” (ibidem, p. 36) — ou seja, elas disputam espaço, o que será retomado para falarmos no conceito de interincompreensão.

No interior do campo, guiado por hipóteses fundadas num conhecimento dos textos aliado a um saber histórico, o analista é levado a isolar o que o autor chama de espaços discursivos: “subconjuntos de formações discursivas que o analista julga relevantes para seu propósito colocar em relação” (ibidem, p. 37).

Essas três noções apresentadas por Maingueneau conferem ao conceito de interdiscurso um caráter menos vago e mais operacional, possibilitando ao analista uma visão minimamente regulada pelos limites de um dado campo discursivo. Além disso, o autor, ao afirmar o primado do interdiscurso, “postula, para além da heterogeneidade dos tipos de textos, dos autores, de sua dispersão no tempo e no espaço, a existência de uma zona de regularidade semântica que estrutura o modo de coesão dos discursos” (MUSSALIM, 2003, p. 47).

Com a noção de interdiscurso, portanto, o analista passa a assumir não mais o discurso em si como unidade de análise, mas um “espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos” (ibidem, p. 21), o que, em termos de gênese, nos permite concluir que os discursos “não se constituem independentemente uns dos outros, para serem, em seguida, postos em relação, mas que eles se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso” (ibidem). Daí a tese da precedência do interdiscurso sobre o discurso, em que a relação de um discurso com seu Outro é constitutiva da rede semântica do discurso em questão. Ou, nas palavras do autor,

reconhecer este tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir *um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro*. (1984/2005, p. 38; grifos do autor).

Por meio desta postulação teórico-metodológica, a própria figura do Outro ganha maior especificidade, posto que ele se encontra presentificado no interior do discurso, deixando de ser um mero “envelope”, para utilizar uma expressão de Maingueneau (ibidem, p. 39).

Esse caráter constitutivo da relação que um discurso mantém com seu interdiscurso desemboca no conceito de interincompreensão cunhado pelo autor: a interação semântica entre os discursos se faz por meio de um processo de tradução, em que cada um introduz o Outro em seu fechamento através da tradução dos enunciados desse Outro em categorias do Mesmo, donde resulta que a relação do Mesmo com seu Outro só é possível pelo “simulacro” que dele é construído. Dessa forma, quando se fala na relação polêmica (*lato*

sensu) entre dois discursos, ela é considerada não de maneira acidental, mas como a “manifestação de uma impossibilidade radical, a mesma que permitiu a constituição do discurso” (idem, ibidem, p. 22). Assim, “não existem, de um lado, o sentido e, de outro, certos ‘mal-entendidos’ contingentes na comunicação do sentido, mas, num só movimento, o sentido como mal-entendido” (idem, ibidem, p. 22). E é desse conflito regrado que a formação discursiva tira seu princípio de unidade: “a formação discursiva, ao delimitar a zona do dizível legítimo, atribuiria por isso mesmo ao Outro a zona do interdito, isto é, do dizível errado” (idem, ibidem, p. 39).

Se a pergunta é em quais condições um discurso pode “dar a palavra” a seu Outro, deve-se responder que uma posição enunciativa não pode sair de seu fechamento semântico, que ela não pode emprestar-lhe suas próprias palavras, manifestando-se, assim, a irredutível descontinuidade que funda o espaço discursivo. (Idem, ibidem, p. 57).

Assim, o quadro teórico-metodológico apresentado por Maingueneau se desenvolve por meio da idéia de apreensão da interdiscursividade através de uma semântica global, que permeia todos os planos da discursividade – processos gramaticais, *ethos* e a própria organização das comunidades discursivas.

De acordo com Maingueneau, esses planos discursivos – todos e somente todos eles, donde seu caráter global – estariam submetidos a um mesmo sistema de restrições, um filtro semântico cuja organização de seus semas permite a distinção dos discursos pertencentes a uma dada formação discursiva. É preciso evidenciar, contudo, que esse conceito de FD com o qual Maingueneau opera – ou seja, como um sistema de restrições, um operador de coesão semântica do discurso – difere daqueles concebidos por Pêcheux ou Foucault. Se, para Foucault, por exemplo, uma FD é caracterizada por uma dispersão, que é para os enunciados uma lei de coexistência; para Maingueneau (ibidem, p. 64), uma FD seria a exploração sistemática das possibilidades de um núcleo semântico e não um conglomerado parcialmente consistente de elementos vários que se soldariam pouco a pouco.

A proposta de Maingueneau (1984/2005) é, portanto, estruturante de um novo objeto de análise – o interdiscurso –, tornando-o possível de ser apreendido e possibilitando ao analista trabalhar com o conceito de maneira mais efetiva, não apenas como um pressuposto teórico, mas também metodológico.

3.1 Sobre o *corpus*

Para este trabalho, compõem nosso *corpus* 13 reportagens publicadas pelo jornal Folha de S.Paulo entre os anos de 2001 e 2003, conforme representadas pela tabela abaixo:

Título	Autore(s)	Data da publicação
The joke is on the table	Lemos, Hallack, Affonso	29/01/2001
Guerras em torno da língua	Carlos Alberto Faraco	25/03/2001
Português a fórceps	Opinião da Folha (s/ autor)	30/03/2001
A intriga das línguas	Aldo Rebelo	15/04/2001
“Off”	Eduardo Graeff	27/04/2001
O maiúsculo e o minúsculo	Carlos Alberto Faraco	13/05/2001
A neolíngua neoliberal	Aldo Rebelo	03/06/2001
Nacionalismo requentado	Carlos Alberto Faraco	01/07/2001
Sobre guerras e línguas	Aldo Rebelo	01/07/2001
“Sorri” (“Smile”)	Pasquale Cipro Neto	02/08/2001
Yes, nós temos (mesmo) bananas	Ricardo Bonalume Neto	23/09/2001
A lei do “rato”	Fernando Rodrigues	01/09/2003
Defender o idioma, como a floresta	Aldo Rebelo	23/09/2003

Ainda com relação à constituição do nosso *corpus*, é preciso dizer que não nos fixamos em nenhum critério de gênero ou mesmo de restrição a determinados cadernos do jornal.

Algumas especificações são aqui necessárias. Em primeiro lugar, é necessário destacar que os colunistas são, de acordo com definição do próprio Manual de Redação da Folha (2001, p. 59), os jornalistas que têm coluna fixa no jornal e são, por isso, identificados como “colunistas da Folha” (como é o caso de Pasquale, Jô Hallack, Nina Lemos e Raq Affonso). Os demais artigos de opinião – cujos autores não apresentam a referida denominação – são de responsabilidade “jornalística e política” (ibidem, p. 107) do

autor, embora a responsabilidade “jurídica” seja do jornal. O Manual observa ainda, com relação a este último tipo de publicação, que a Folha “tem por princípio editar artigos que expressem pontos de vista diferentes sobre um mesmo tema” (ibidem, p. 107), em decorrência de sua política de transparência da qual já nos referimos anteriormente.

Entretanto, um dos princípios da Folha é mostrar claramente sua posição diante de um fato, sem, porém, vincular-se a tendências ideológicas. Por esse motivo, a Folha resguarda para si um *locus* próprio para expressar sua opinião:

A opinião do jornal é expressa em editoriais não assinados, que são publicados na segunda página do jornal e, excepcionalmente, na primeira. Os editoriais da Folha são mencionados na capa do jornal sob o título “opinião da Folha”. (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 114).

Há em nosso corpus um editorial assim intitulado e que discorre sobre o projeto de lei do Deputado Aldo Rebelo – que será oportunamente analisado.

Há ainda uma outra categoria de publicação denominada “especial para a Folha”. Sempre que um autor vier assim identificado significa que se trata de “personalidade ou especialista de grande destaque” (ibidem, p. 66), mas não de um profissional do jornal. Esse crivo aparece, por exemplo, nos textos de “polêmica” – como nos textos de Rebelo e Faraco acima expostos.

De acordo com o Manual (2001, p. 47), “a Folha estimula polêmicas em suas páginas. Elas devem estar presentes em artigos e críticas e refletirem em reportagens e entrevistas. A Folha publica também discordâncias conceituais entre seus jornalistas”.

4. Português vs inglês

O embate em torno da presença de estrangeirismos na língua portuguesa revela a questão que se coloca no primeiro plano da polêmica, qual seja, a da identidade nacional. No entanto, é mister destacar que a identidade nacional pressupõe a identidade lingüística. Melhor dizendo, a questão da identidade nacional se apóia nas discussões em torno da língua, tornando esta um reduto de onde se pode clamar por uma identidade que seja genuinamente nacional. Tanto assim que alguns artigos apresentam em seu texto um “racismo lingüístico” justificado pela defesa da própria soberania nacional (!). Por ora, vejamos como se dão, assim, os embates.

O projeto de lei de Rebelo dispõe, segundo a sua ementa, sobre “a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa”, pois, de acordo com o autor do projeto,

há um excesso de indicações (...) de que a **defesa** da língua portuguesa faz sentido enquanto é oportuna. (REBELO, 23/09/2003, grifo nosso).

Além disso, Rebelo aponta que a língua portuguesa vem sofrendo um processo de descaracterização frente ao que chama de “invasão” de estrangeirismos, vistos como uma ameaça à própria soberania nacional, uma vez que, “a língua portuguesa é um dos elementos da integração nacional brasileira, concorrendo, juntamente com outros fatores, para a definição da soberania do Brasil como Nação” (PL 1676/99, art. 3º, § único). Assim, na óptica do autor, é preciso “melhorar” o ensino da língua. Em *Sobre guerras e línguas* (01/07/2001), o autor justifica a sua proposta de “melhoria” do ensino da língua materna com base no resultado de pesquisas oficiais:

O inquérito da Unesco e do governo brasileiro recentemente concluído nos deixou como campeões em repetência entre 45 países pesquisados. Ainda assim há quem julgue uma boa causa entrar em pé de guerra contra um projeto para **melhorar** o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa no Brasil. (grifo nosso).

É, porém, na justificção² de seu projeto (PL 1676/99), que Rebelo aponta as razões que o levaram a propô-lo:

² Todo projeto de lei deve ser acompanhado de uma “justificação”, na qual o proponente expõe as razões que o levaram a formular o projeto.

estamos a assistir a uma verdadeira **descaracterização** da língua portuguesa, tal a **invasão** indiscriminada e desnecessária de **estrangeirismos** — como "holding", "recall", "franchise", "coffee-break", "self-service" — e de aportuguesamentos de gosto duvidoso, em geral despropositados — como "startar", "printar", "bidar", "atachar", "database". E isso vem ocorrendo com voracidade e rapidez tão espantosas que não é exagero supor que estamos na iminência de comprometer, quem sabe até truncar, a comunicação oral e escrita com o nosso homem simples do campo, não afeito às palavras e expressões importadas, em geral do inglês norte-americano, que dominam o nosso cotidiano, sobretudo a produção, o consumo e a publicidade de bens, produtos e serviços, para não falar das palavras e expressões estrangeiras que nos chegam pela informática, pelos meios de comunicação de massa e pelos modismos em geral. (grifo nosso).

Em seu artigo *Defender o idioma, como a floresta* (23/09/2003), Rebelo retoma a questão da “descaracterização” levantada em seu projeto de lei, comparando o idioma a nossas florestas – que vêm sendo devastadas:

(...) convém deixar patente que quem está **debaixo de vara** é o idioma. (...) Se é vedada a ortografia pessoal, não há o que estranhar na iniciativa de impedir a **descaracterização ostensiva** que corrói a língua portuguesa à vista de todos. O apoio que recebi indica que largas parcelas do povo brasileiro estão irritadas com o vendaval de palavras estrangeiras a desbançar o vernáculo dos letreiros de ruas, dos cartazes de lojas, das instruções de eletrodomésticos. (...) Um símbolo nacional, o pau-brasil, extinto nas matas desde 1920, sobrevive em parques e reservas. Também muitas palavras e expressões portuguesas, de belo som e suave escrita, só restam nos dicionários, porque os **devastadores** usam a **motosserra da linguagem** para ceifar "jovem" e nos impingir "teen". (grifo nosso).

Rebelo procura destacar que sua posição diante da questão não é “xenófoba”, mas se sustenta na premissa de que a língua, como bem do povo, deve ser “preservada”:

O projeto de lei 1.676/99, de minha autoria, **longe da xenofobia** de que é acusado ou de rejeitar contribuições de línguas estranhas (o autor faz referência ao artigo "Guerras em Torno da Língua", de Carlos Alberto Faraco, publicado no *Mais!* de 25/3), tão-somente deseja a **valorização** da nossa. (...) Nós não queremos impor o português a ninguém, mas apenas **preservá-lo** para aqueles que o têm como língua materna e na condição de obrigação constitucional. (...) As medidas que proponho reclamam a **melhoria** do ensino e do aprendizado da língua portuguesa. Convocam o poder público, as universidades e os meios de comunicação a um esforço para **promover** e **valorizar** um bem intangível da pátria e do povo: o idioma. (REBELO, 15/04/2001, grifo nosso).

Vale destacar que, já nas primeiras décadas do século XX, essa relação com o estrangeiro se colocava de maneira conflituosa. Como aponta Mussalim (2003, p. 86), a respeito da constituição do modernismo brasileiro,

é a construção da “Nação” enquanto elemento simbólico que organizará toda a discussão em torno da construção do universo cultural brasileiro. O tema do nacionalismo será a grande bandeira sob a qual se agruparão, não somente as mais diferentes questões – (...) estéticas, (...) culturais (...) até questões políticas (...) – , como também as mais divergentes posições em relação ao que vem a ser promover a defesa da “Nação”. Toda discussão a esse respeito se deu em torno da conflituosa importação do elemento estrangeiro, se essa importação configurava-se ou não como um risco para nossa identidade nacional.

Como se vê, a questão é antiga. Se na literatura da época a questão era, por exemplo, a vinculação aos padrões estéticos europeus, a luta agora é contra a infiltração, o uso – ou abuso – de palavras inglesas na língua portuguesa. E a discussão que se coloca é se esses “empréstimos” lingüísticos são ou não perniciosos para a manutenção da identidade nacional. A polêmica em torno do padrão europeu será, por sua vez, retomada nas discussões do próximo eixo temático, que enfatiza a posição desse Outro.

Com relação à semântica do discurso anti-estrangeirismo de Rebelo, podemos dizer que ela se constitui articulando semas como /defesa/, /preservação/, /valorização/, /promoção/, /melhoria/ da língua portuguesa que, compreendidos do interior da proposta de um sistema de restrições semânticas, ao serem

colocados em relação, resultam nesse discurso, individuando-o e identificando-o como pertencente a uma dada formação discursiva.

Se assumimos o pressuposto de que um discurso se constitui na instância do interdiscurso, isto é, em relação com outros discursos do mesmo campo discursivo que disputam espaço entre si, já que têm a mesma função social, divergindo apenas quanto à forma que essa posição deve ser preenchida, isso implica dizer que a relação com o Outro é constitutiva e está no fechamento desse discurso. Daí o conceito de interincompreensão desenvolvido por Maingueneau que, como vimos, não é resultado de um confronto dos discursos após a sua constituição, mas está presente no próprio processo de constituição desse discurso, a partir das relações que se estabelecem no campo discursivo.

Com base nesses pressupostos teóricos, faremos alguns apontamentos sobre o excerto abaixo, retirado do artigo de Faraco, intitulado *Guerras em torno da língua*:

Além de se alimentar de equívocos e preconceitos lingüísticos e, pior, de alimentá-los, o projeto revela um indistigável **desejo de controle social** da pior espécie, daquele que, ignorando a heterogeneidade e a dinâmica da vida cultural, quer impor o homogêneo e o único. (FARACO, 25/03/2001; grifo nosso).

A partir do excerto em pauta, podemos dizer, por exemplo, que /controle/ é traduzido pelo discurso “anti-estrangeirismo” como /preservação/ ou /defesa/. Isto é, o processo de interincompreensão regrada não permite aos enunciadores de um discurso o acesso ao discurso do Outro a não ser pela forma do simulacro que deles fazem, o que faz com que aquilo que Faraco considera um “mecanismo de controle social”, não seja para Rebelo nada mais que um meio de “defesa e preservação da língua portuguesa”. Assim, “o sentido não remete a um espaço fechado dependente de uma posição enunciativa absoluta, mas deve ser apreendido como circulação dissimétrica de uma posição enunciativa” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 22).

Dessa maneira, o que resta é “incorporar” os enunciados do discurso do Outro a partir de um processo de tradução dos semas, donde resulta, para nos valermos da feliz expressão de Maingueneau, um “pentecostes pervertido”, em que “cada um entende os enunciados do Outro na sua própria língua, embora no interior do mesmo idioma” (idem, *ibidem*, p. 104). Assim, o acesso ao discurso do Outro só é possível pelo “simulacro” que dele se constrói.

Não se trata aqui de dizer que de uma posição discursiva ou outra simplesmente não se quer compreender os argumentos apresentados. Antes, de cada posição somente se tem acesso ao discurso do Outro a partir do processo de tradução mencionado, dado que as posições enunciativas não são as mesmas. Enquanto para Faraco a /presença/, ou o /uso/, de estrangeirismos na língua portuguesa (assim como em outras) não é uma questão que mereça destaque, ou que deva ser combatida sob pena de se descaracterizar a língua, o discurso que temos chamado de “anti-estrangeirismo” pauta-se na idéia de que a presença de elementos estrangeiros /desvaloriza/ um bem do povo. Em síntese, a presença de estrangeirismos na língua portuguesa não tem o mesmo estatuto para uma e outra posição enunciativa. Para Faraco a questão é essencialmente lingüística, enquanto para Rebelo ela é essencialmente ligada a questões nacionais e políticas. Assim, é pelo fato de Rebelo reconhecer a língua como reduto do nacionalismo, que a presença de estrangeirismos deve ser combatida.

Hobsbawm (2004) aponta que, quando do surgimento do patriotismo, os Estados encontraram nos conflitos internacionais a forma de reforçar a união na “comunidade imaginada” em torno de um elemento comum, pois ficava mais fácil a distinção entre “nós” e “eles”, uma vez que a identificação do “Outro” é simplificada. É isso o que parece estar acontecendo atualmente em torno da querela lingüística. Entretanto, no século XXI, não está sendo preciso uma guerra real contra os Estados Unidos, para marcarmos nossa diferença em relação aos americanos; basta a guerra contra a “invasão” de palavras em inglês na língua portuguesa. É nesse sentido que defendemos que a língua tornou-se um reduto de onde se pode clamar pelo genuinamente nacional em vista do processo de globalização que, de acordo com Hall, provoca uma compressão de fronteiras espaço-temporais. Sendo assim, a língua assume o lugar dessa nova “fronteira”, donde a necessidade de “protegê-la”.

Nessa relação polêmica, podemos identificar três posições enunciativas: i) a primeira delas é a posição defendida por Rebelo e que produz o discurso que temos chamado até aqui de “anti-estrangeirismo”; ii) em segundo lugar, temos a posição que se opõe ao projeto de Rebelo por entender que o /uso/ ou a /presença/ de estrangeirismos na língua é inerente a ela; iii) finalmente, há uma terceira posição (posição Folha) que se opõe ao projeto de lei de Rebelo por entender que uma lei sobre a língua cerceia a liberdade do falante. Até agora, apresentamos as duas primeiras posições. Passemos, então, à terceira.

Antes, porém, precisamos dizer por que a chamamos de posição Folha. Isso se deve ao fato de haver, dentre as matérias que compõem nosso corpus – como é possível observar na tabela exposta mais acima – um editorial não assinado e publicado sob essa especificação, o que, de acordo com o Manual de Redação da Folha (2001), representa a opinião do jornal a respeito de um determinado assunto. Assim, todas as matérias produzidas a partir dessa posição discursiva foram incluídas nessa terceira vertente.

Do referido editorial, intitulado *Português a fórceps* (30/03/2001), destacamos o seguinte excerto:

É um **despropósito** a idéia de tentar **regular** o que as pessoas escrevem e falam. (...) Há, por certo, um **uso exagerado** de **estrangeirismos** em locais como os shopping centers. Mas o máximo que se pode fazer nesse caso é **lamentar o mau gosto**. (grifo nosso).

Com base nesse excerto, é possível perceber que a questão aqui não é propriamente o uso dos estrangeirismos, mas a liberdade do falante, a liberdade de expressão. Tanto que o editorial reconhece o /abuso/ e observa que o máximo que se pode fazer é, então, “lamentar o mau gosto”.

É preciso destacar que, na relação polêmica, não se entra em confronto com o Outro na sua totalidade, mas apenas com os enunciados desse Outro que são necessários para se diferenciar dele. Assim, a posição Folha não contesta os méritos do projeto de lei, mas o meio, isto é, o instrumento (a lei) nos moldes “vigiar e punir”, que se propõe a regular o que se fala ou escreve e, por conseguinte, a liberdade de expressão:

Como poderia dizer o comunista autor da idéia, **um espectro ronda a liberdade de expressão**. Seu nome é Lei Aldo Rebelo da Língua Portuguesa. (...) Esse é o tipo de ovo de serpente do qual qualquer democrata deveria se distanciar. Hoje, querem que a imprensa escreva rato para descrever um prosaico mouse. **Daqui a pouco terão idéias sobre o que pode ser divulgado pelos jornais**. (...) Ocorre que seu projeto pavimenta um **caminho perigoso contra a livre expressão de idéias no país**. No fundo, a motivação de Rebelo é singela: "Tive uma idéia, vou fazer uma nova lei". Há uma obsessão cartorial-católica-lusitana no Brasil pela regra escrita, carimbada. (RODRIGUES, 1º/09/2003; grifo nosso).

É possível perceber, assim, que, muito embora a posição Folha também se oponha ao projeto de lei de Rebelo, o espaço discursivo em que se trava a polêmica é outro, diferente daquele constituído a partir da relação polêmica entre a posição “anti-estrangeirismo” e a posição representada por Faraco. Tanto que a idéia de /defesa/ do idioma não é sequer contestada aqui, da posição Folha; neste caso, a polêmica recai muito mais sobre o instrumento legal que legitima essa /defesa/ do que sobre ela mesma, como é plausível supor com base no trecho que segue:

Rebelo quer **proteger** o idioma. **Tudo bem**. Mas é **inútil** uma **lei** para isso. (Idem, ibidem; grifo nosso).

Na matéria *The joke is on the table* – produzida a partir da posição Folha –, há duras críticas aos estrangeirismos presentes na linguagem cotidiana, o que, de acordo com as autoras, acaba por torná-la ininteligível para os brasileiros “normais” – definidos pela matéria como aqueles que têm o português como língua materna. Aqui, a afirmação de uma identidade nacional é radicalmente contrária à influência do inglês em nossa língua. Verifica-se aqui uma exclusão do rol dos “brasileiros normais” daqueles jovens que, seja por quais razões forem, utilizam-se de expressões em inglês, especificamente (de outras línguas, como o japonês, é até legal “para conquistar as garotas”). Em outras palavras, a nacionalidade brasileira é aqui expressamente vinculada à língua nacional, pura e sem a interferência estrangeira do inglês.

Assim, pode-se dizer que o discurso sobre língua enunciado da posição Folha organiza-se também a partir de alguns semas sobre os quais se funda o discurso “anti-estrangeirismo”, qual sejam, de /proteção/, /defesa/, /valorização/. Ou seja, a oposição que se verifica aqui não é, conforme previamente apontado, em relação a essas questões, mas ao instrumento utilizado para tal, isto é, a lei. Como expresso no fragmento acima, defender o idioma “tudo bem”, o problema é se criar “uma lei para isso”. À semântica discursiva da posição Folha, portanto, deve-se acrescentar o sema /liberdade de expressão/, absolutamente em concordância com a política do jornal.

Isso posto, podemos situar três posições distintas: a) uma que apóia o projeto (ou que se coloca contra a presença dos estrangeirismos na língua); b) uma segunda que se opõe ao projeto no que diz respeito ao seu mérito lingüístico e c) uma outra que também se opõe ao projeto, mas em virtude de seu caráter vigilante e punitivo.

5. À guisa de conclusão

Longe de querermos encerrar a discussão de uma vez por todas, gostaríamos de finalizar este artigo com alguns apontamentos tecidos a partir do que foi exposto. Assim vejamos.

Em primeiro lugar, como se pôde observar, a questão da identidade lingüística é fundamental para a discussão em torno da identidade nacional. Em verdade, esta pressupõe aquela em virtude de um processo de globalização que tende a eliminar fronteiras e “globalizar” nacionalismos, tornando a língua o último reduto de onde se pode clamar por uma identidade que seja genuinamente nacional.

Além disso, os debates em torno da identidade nacional hoje, na pós-modernidade, como quer Hall (2005), diferem daqueles do protonacionalismo do século XIX em razão do processo de globalização. A língua tornou-se, assim, a nova maneira de se diferenciar “nós” e “eles”, ocupando, como já mencionado acima, o lugar de fronteira.

Em decorrência disso, a presença de estrangeirismos na língua portuguesa é vista/apontada como uma ameaça à soberania nacional. Assim sendo, também no século XXI se fomenta uma espécie de “racismo lingüístico”, semelhante ao do século XIX, em que se trava uma batalha para “purificação” do vocabulário da língua, a fim de torná-lo o mais nacional possível.

6. Referências bibliográficas

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual de redação**. São Paulo: Publifolha, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade** (1990). 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Pontes, 1997.

_____. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A gênese dos discursos** (1984). Curitiba, PR: Criar, 2005.

MUSSALIM, Fernanda. **A transposição erudita da barbárie: aspectos da semântica discursiva do modernismo brasileiro**. 2003. 220 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A.C. **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2004. v. 2. p. 101-142.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997. p. 61-161.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio** (1975). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.